



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO AO
PROJETO DE LEI Nº 6.504, DE 2019**

Apresentação: 17/11/2021 19:24 - CFT
SBT-A 1 CFT => PL 6504/2019

SBT-A n.1

Dispõe sobre incentivos e benefícios para
fomentar o turismo e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre incentivos e benefícios para
fomentar o turismo e dá outras providências.

Art. 2º As pessoas físicas e as pessoas jurídicas tributadas com
base no lucro real poderão deduzir do Imposto de Renda devido no ano-calendário,
doações e patrocínios realizados a pessoas jurídicas, públicas ou privadas sem fins
lucrativos, com finalidade exclusivamente turística, cadastradas no Ministério do
Turismo como beneficiárias de tais recursos.

§ 1º As deduções a que se refere o caput ficam limitadas a um
por cento do imposto sobre a renda devido, em cada período de apuração, não sendo
dedutível do adicional do Imposto de Renda.

§ 2º As pessoas jurídicas não poderão deduzir os valores de
que trata o caput para fins de determinação do lucro real.

§ 3º Observados os limites e condições estabelecidos nesta Lei
e na legislação do Imposto de Renda vigente, os contribuintes poderão deduzir até
100% (cem por cento) do valor das doações e até 75% (setenta e cinco por cento) do
valor dos patrocínios cuja destinação esteja prevista nas hipóteses elencadas nos
incisos do art. 10 desta lei.

§ 4º As pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real não
poderão deduzir o valor da doação ou patrocínio como despesa operacional.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Júlio Cesar
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218852162200>



Art. 3º Para fins desta Lei, considera-se doação a transferência definitiva de bens ou numerário, sem proveito pecuniário para o doador.

§ 1º No caso de bens imóveis, o doador terá direito aos favores previstos nesta Lei se expressamente declarar, no instrumento de doação a ser inscrito no registro de títulos e documentos, que a doação é feita sob as condições de irreversibilidade do ato e inalienabilidade e impenhorabilidade do objeto doado.

§ 2º Caso o bem seja doado por valor superior ao constante dos documentos de aquisição ou do constante em cadastro da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, o Ministério do Turismo e o Ministério da Economia realizarão perícia para apurar a autenticidade e o valor do bem doado, cuja despesa correrá por conta do doador.

§ 3º Quando a perícia avaliar o bem doado por valor menor ao atribuído pelo doador, para efeitos fiscais, prevalecerá o valor atribuído pela perícia.

§ 4º As doações de bens ou valores, na forma prevista nesta Lei, ficam isentas de incidência do imposto de renda sobre a receita não operacional obtida em razão da doação.

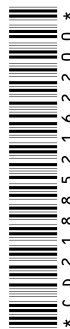
Art. 4º Para os efeitos desta lei, considera-se patrocínio a promoção de atividades e eventos turísticos, sem proveito pecuniário ou patrimonial direto para o patrocinador.

§ 1º Constitui infração a esta lei o recebimento, pelo patrocinador, de qualquer vantagem financeira ou material em decorrência do patrocínio que efetuar.

§ 2º As transferências e pagamentos referentes ao patrocínio previsto nesta lei não estão sujeitas ao recolhimento do imposto sobre a renda na fonte.

Art. 5º As pessoas jurídicas beneficiadas pelos incentivos da presente Lei deverão comunicar, para fins de registro, aos ministérios do Turismo e da Economia, os aportes recebidos e enviar comprovante de sua devida aplicação.

Art. 6º Os recursos provenientes de doações ou patrocínios serão depositados e movimentados, em conta bancária específica, em nome do beneficiário, e a respectiva prestação de contas será feita nos moldes de regulamentação fixada pelo Ministério do Turismo.



Parágrafo único. Não serão consideradas, para fins de comprovação do incentivo, as contribuições em relação às quais não se observe esta determinação.

Art. 7º Não são dedutíveis os valores destinados a patrocínio ou doação em favor de projetos que beneficiem, direta ou indiretamente, pessoa física ou jurídica vinculada ao doador ou ao patrocinador.

§ 1º Consideram-se vinculados ao patrocinador ou ao doador:

I - a pessoa jurídica da qual o patrocinador ou o doador seja titular, administrador, gerente, acionista ou sócio, na data da operação ou nos doze meses anteriores;

II - o cônjuge, os parentes até o terceiro grau, inclusive os afins, e os dependentes do patrocinador, do doador ou dos titulares, dos administradores, dos acionistas ou dos sócios de pessoa jurídica vinculada ao patrocinador ou ao doador, nos termos estabelecidos no inciso I; e

III - a pessoa jurídica coligada, controladora ou controlada, ou que tenha como titulares, administradores, acionistas ou sócios, as pessoas a que se refere o inciso II.

Art. 8º Os beneficiários desta lei publicarão, para cada ano civil, suas demonstrações financeiras certificadas por auditores independentes e com parecer do respectivo conselho fiscal.

Art. 9º Constitui crime punível agir o doador ou patrocinador com dolo, fraude ou simulação para obter incentivo ou benefício previsto nesta lei, consoante a tipificação da matéria pelo Código Penal.

§ 1º No caso de pessoa jurídica, respondem pelo crime o acionista controlador ou os administradores que para ele efetivamente tenham concorrido.

§ 2º Na mesma pena incorre aquele que, recebendo recursos, bens, valores ou benefícios, em função desta lei, desvie o objeto para finalidade diversa ou venha a adiar, antecipar ou cancelar, sem justa causa, a atividade desportiva incentivada ou beneficiada.

§ 3º A multa a que se refere o *caput* deste artigo corresponderá a três vezes o valor da vantagem auferida indevidamente.



Art. 10. As doações e patrocínios para o fomento do turismo contemplarão exclusivamente as seguintes hipóteses:

- I – reforma de equipamentos turísticos;
- II – publicidade institucional de regiões de interesse turístico;
- III – festas e eventos de atratividade turística;
- IV – feiras, convenções e outros eventos com a finalidade de promoção do turismo;
- V - promoção de programas para propiciar a detecção e desenvolvimento de novos potenciais turísticos;
- VI – capacitação de mão de obra de interesse turístico;
- VII – obras de infraestrutura turística.

Art. 11. É vedada a utilização dos recursos para pagamento, a qualquer título, de despesas com pessoal e encargos sociais.

Art. 12. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos de 1º de janeiro de 2022 até 31 de dezembro de 2026.

Sala da Comissão, 17 de novembro de 2021.

Deputado **JÚLIO CESAR**

Presidente

